PUBLICAÇÃO

Thris Oficial do Estado do

AL ST JA LOM.

, 95 estado da paraíba EFELTURA MUNICIPAL DE CABEDELO

VISTO

E III de Perente

LEI 684/93

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO ECONÔMICO FINANCEIRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO, Estado da Paraíba,
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

GAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam definidas como Diretrizes Orçamentárias Gerais, as instruções que se observerão a seguir, para a elaboração dos orça - mentos do Município, relativos ao exercício econômico-financeiro de 1984.

SEÇÃO I DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Constituem os gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços necessários ao cumprimento dos objetivos do Poder Público Municipal, em todos as suas funções de Governo, bem 'como, ao atendimento dos compromissos de natureza social e financeira.

Art. 3º - Os gastos municipais serão estimados pelos serviços manti





-02-

dos pelo Poder Público Municipal, considerando-se entretanto:

- I A carga de trabalho estimada para o exercício econômico-financeiro de 1984, considerando-se as tendências naturais de ' crescimento das necessidades comuns ao erário Público.
- II Os fatores conjunturais que possam refletir diretamente na produtividade dos gastos, especialmente os voltados para a área Social.
- III Que os gastos de pessoal localizado no serviço, serão projetados com base na politica salarial estabelecidas pelo Governo Municipal para os seus funcionários.

SECÃO II DAS RECEITAS MUNICIPAIS

- Art. 4º Constituem as receitas do Município aqueles provenientes:
- I Dos tributos de sua competência, estabelecidos pela Constituição Federal;
- II De atividades econômicas, que por ventura possa vir a executar;
- III De transferência por força de mandamento constitucional ou de Convênios firmados com entidades governamentais e priva das, sejam nacionais e internacionais.
- Art. 5º A estimativa das receitas considerará:









-03-

- I Os fatores conjunturais que possam a vir influenciar a produtividade de cada fonte;
- II Os fatores que influenciam as arrecadações de Impostos, ta
 xas e Contribuições de Melhoria;
- III As alterações da legislação tributária;
- IV Aspectos reais e quantitativos de cada fonte de recursos , mediante o que for evidenciado nos exercícios anteriores.
- Art. 6º º Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive o da Contribuição de Melhoria, quando for o caso.
- <u>Parágrafo 1º</u> O cálculo para o lançamento, cobrança e arrecada ção de Contribuição de Melhoria obedecerá, necessariamente a critérios que serão levados ao conhecimento da população, através da imprensa falada, escrita ou televisada.
- Parágrafo 2º A administração do Município dispensará esfor ços no sentido de diminuir o volume da Divida Ativa inscrita de natureza tributária.
- Art. 7º O Município fica obrigado a rever e atualizar a sua legislação, sempre que fatos novos tornarem-se rotina, para o exercício de 1984, institucionalizando-se de forma a Obedecer o aos princípios do Direito Tributário.

<u>Parágrafo lº</u> - A revisão e atualização de que trata o presente'







-04-

artigo, compreenderá também a modernização da máquina fazendária, no sentido de aumentar a produtividade, aperfeiçoando os mecanismos de arrecadação.

Parágrafo 2º - Os esforços mencionados no parágrafo anterior se estenderão à administração da Dívida Ativa.

Art. 8º - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão as suas fontes revistas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as respectivas produtividades.

SEÇÃO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- Art. 9º O Município executará como prioridades as seguintes ações delineadas para cada setor, como seguem:
- I -Setor de Administração, Finanças e Orçamento:
- 1) Revisão e atualização de alíquotas fixadas para cada espécie 'de tributo;
- 2) Treinamento, capacitação e reciclagem de recursos humanos;
- 3) Modernização e informatização da Administração Tributária, Financeira e Orçamentária, com aquisição de equipamentos de informática.
- II Setor Social:
- 1) Incentivar e melhorar a frequência e aprendizado dos









-05-

dos alunos de rede municipal de ensino, adquirindo e distribuindo material didático/escolar e agilizando o recebimento e a complementação da merenda escolar, bem como, distribuindo gratuitamente o fardamento completo do alunado da rede municipal de ensino.

- 2) Treinar, capacitar e reciclar professores, em prol da melhoria de qualidade de ensino municipal;
- 3) Construção e instalação de uma biblioteca municipal, na localidade do grande Camalaú, incluindo acervo literário universitá rio;
- 4) Construção e/ou recuperação de casas, a serem doadas à população carente e de baixa renda, principalmente localizadas na Periferia Urbana;
- 5) Construção e implantação do Instituto Oceanográfico de Cabedelo, no Forte Santa Catarina ou em outro local de atrativo turístico;
- 6) Implantação de uma faculdade no Centro Profissionalizante no período noturno;
- 7) Construção de uma quadra de esportes na Praia do Poço;
- 8) Construção do Centro de Recuperação da Criança e do Adolescente;
- 9) Inserir o ensino religioso no curriculum escolar da rede municipal;
- 10) Construção do Centro de Recuperação para viciados (toxicôma nos);
- 11) Construção de uma creche no bairro de Camboinha da Esperança;
- 12) Implantação na rede municipal de ensino da 2ª Fase do 🥞 lº grau;
- 13) Construção de um Centro Esportivo no Conjunto Renascer II , compreendendo quadra polivalente, praça e parque infan til;





-05 .

l4)Construção de uma creche na Comunidade da Vila Mariland Teot $\hat{\underline{o}}$ nio no Bairro de Camalaú.

III- Setor Econômico:

- 1) Incentivar e desenvolver mecanismo de controle e acompanhamen to, em conjunto com as repartições arrecadadores, das esferas de Governo Federal e Estadual, localizadas no Município, para subsidiar informações competentes aos cálculos de percentuais de participação nas transferências constitucionais, no âmbito dos mencionados Governos;
- 2) Incentivar o turismo divulgando e propagando as belezas naturiais e históricas com patrocínio de festas folclóricas e de festividades do calendário normal, de forma genérica;
 - 3) Participar, através de convênio, protocolo de intenções, da perservação histórica e cultural do Município de Cabedelo, principalmente aos assuntos relacionados com o apoio à Fortaleza de Santa Catarina;

IV - Setor Urbano:

- 1) Implantação de acesso do Bairro do Jardim Manguinhos à BR 230;
- 2) Projetar a construção de um Matadouro Público;
- 3) Reativar a Fonte Iuminosa da Praça Getúlio Vargas;
- 4) Construção de Fossas Sépticas e sumidouros, nos bairros de Miramar, Beira Mar, Jardim Manguinhos e Outros;
- 5) Calçamento das Travessas da Av. Carolino Cardoso, na Praia do Poço;
- 6) Continuação dos trabalhos de Contenção do Mar e Assoreamento 'das Praia Ponta de Mato e Formosa;
- 7) Reforma do Mercado Público;
- 8) Construção de calçadão à Rua. Anacleto Vitorino e Feiras.







vres;

- 9) Execução de Projetos de escoamento das águas no Bairro Montes Castelo;
- 10) Construção de calçadão da Praia do Poço com a implantação de barracas padronizadas e iluminação ornamental;
- ll) Calçamento da Rua João XXIII com melhoria de Habilitações Populares;
- 12) Construção de Usina de Lixo com formo incinerador, em local' a ser definido;
- 13) Construção de Terminal Rodoviário, proporcional à população usuária;
- 14) Construção do Centro Social Urbano, em local a ser definido;
- 15) Implantação da Escola de Pesca, em local a ser definido;
- 16) Construção de calçamento das Ruas Desembargador Severino Montenegro, Hamilton Herculano e Manoel Araújo Nascimento;
- 17) Construção do prédio do Forum do Município;
- 18) Construção do calçamento da Rua Antônio Paulino Serrano (Jardim Manguinhos);
- 19) Construção do calçamento da Rua Juscelino Kubitschek, entre' a Rua Siqueira Campos e Cleto Campelo;
- 20) Construção do calçamento da Rua Papa João XXIII, em Camalaú;
- 21) Construção do calçamento da Rua São Pedro, em Camalaú;
- 22) Municipalização e reforma do Estádio Francisco Figueiredo de Lima;
- 23) Construção e urbanização do calçadão da Av. Cleto Campelo;
- 24) Pavimentação da Rua Santa Emília de Rodat;
- 25) Complementação de pavimentação da Rua Nossa Senhora dos Navegantes;
- 26) Pavimentação dos acessos aos túmulos do cemitério na "Paz '
- do Senhor", devolução da entrada antiga do cemitério.







-0.8-

V - setor Legislativo:

- l) Construção do estacionamento do Poder Legislativo na Praça Venâncio Neiva, em frente a Câmara Municipal;
- 2) Aquisição de um automóvel para o Poder Legislativo;
- 3)Recursos para participação da Câmara Municipal em congresso , simposios, conferências, exposições, encontros e palestras de interesses do Município.

VI - Setor de Saúde:

- 1) Regulamentação da municipalização da saúde;
- 2) Criação de um Centro de Atendimento ao Deficiente, com atividades de fisioterapia, neurologia e fonoaudiologia;
- 3)Criação de um Parque Aquático para acompanhamento de _ patologias respiratórias e práticas de esportes municipais;
- 4) Construção de um Centro de Saúde no Jardim Manguinhos;
- 5) Avaliação para realização de concurso público destinado a área de saúde, com o objetivo de preencher as lacunas de especialidades médicas ainda não existentes no Município;
- 6) Construção de um posto médico no bairro de Camboinha da Esperança.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO DO PODER LECISLATIVO

Art. 10 - A elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo, obedecerá, na forma constitucional, ao disposto nesta ' Lei e especialmente:

I - a política, estrutura, quadro de pessoal e respectivas remu nerações observarão os princípios da isonomia com o Poder Execu





tivo, em atendimento ao disposto no Art. 38, do Ato das Disposi cões Constitucionais Transitórias, e artigos 39 e 169, todos da Constituição Federal;

II - Repasse dos recursos consignados no seu orçamento será fei to mediante cota duodecimal, em função da disponabilidade tesouro municipal, observada a receita mensal, efetivamente arrecada, nos termos do Art. 168, da Constituição Federal;

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

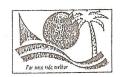
Art. 11 - A Lei Orçamentária Anual conterá à discriminação da receita e despesa e o programa de trabalho do Prefeito, em con formidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, como também, quadro de detalhamento da despesa.

Art. 12 - O Prefeito Municipal enviarí até o dia 31 de outubro o Projeto de Lei do Orçamento Anual e do Plano Plurianual Câmara Municipal, que os apreciará, devolvendo-os até o dia 15 de dezembro para sanção.

Art. 13 - A Câmara Municipal encaminhará ao Prefeito até o dia 31 de agosto, a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta do Município.

William Comment of the Comment of th

Art. 14 - Se o projeto de Lei Orçamentária não for aprovado ' até o término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal será, de imediato, convocada extraordinariamente, pelo seu Presidente, na forma do Art. 25, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, até que seja o projeto aprovado.







-10-

Parágrafo único - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja aprovado até o dia 31 de dezembro de 1993, a sua programação poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de ca da dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

CABEDELO, 20 de maio de 1993.

JOSÉ

FRANCISCO

RÉGIS

Prefeitura Municipal de Cabedele José Francisco Régis Prefeito

